

Informatização do acesso aos acervos, arquivístico, bibliográfico e museológico da Fundação casa de Rui Barbosa

Maria Irene Brasil Chefe da Biblioteca da FCRB, Mestre em Ciência da Informação (CNPq/IBICT-UFRJ/ECO)

Beatriz Amaral de Salles Coelho Bibliotecária da FCRB, Mestre em Ciência da Informação (CNPq/IBICT-UFRJ/ECO)

Resumo

Relato da experiência da FCRB na informatização do acesso a seus acervos arquivístico, bibliográfico e museológico. Descreve as seguintes etapas: compatibilização dos registros dos vários tipos de documentos, tendo como modelo o formato MARC; criação do Manual de Metadados, possibilitando a padronização das informações nos campos e visando a entrada uniforme de dados; estabelecimento das diretrizes teóricas e metodológicas no âmbito da Teoria do Conceito e dos princípios terminológicos para o tratamento dos termos e suas relações, visando a elaboração do vocabulário controlado dos diversos acervos. Diante do desenvolvimento das redes de bases de dados e da interdisciplinaridade das três áreas abrangidas pela FCRB, conclui-se que a padronização das descrições dos documentos é fundamental para a interação do usuário com o sistema de recuperação da informação.

Palavras-chave

Base de dados, Metadados, Vocabulário sistematizado

Abstract

This work presents FCRB's experience in computerizing its archives, libraries and museum collections. It describes the following steps: making records of several kinds of documents compatible, based on MARC format; creating the Metadata Manual, which establishes the standard for entering information and data; introducing theoretical and methodological procedures, inside the concept theory and the terminological principles concerning words and their relations so as to create the controlled vocabulary for the different collections. Due to the development of data base nets and of the interdisciplinary aspect of FCRB's three areas, the standardization of the documents' descriptions becomes crucial for the user to operate the information retrieval system.

Key-words

Data base, Metadata, Systematized vocabulary

Apresentação

A CASA DE RUI BARBOSA, ÓRGÃO VINCULADO AO MINISTÉRIO DA CULTURA, teve origem em 1930, no antigo solar onde residiu, de 1895 a 1923, o seu patrono. Em 1966, foi transformada em fundação.

A Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) promove estudos sobre a vida e a obra de Rui Barbosa e sobre o seu tempo, por meio de levantamentos e tratamento científico de questões de Direito, Filologia, História e Literatura Brasileira, produzindo ensaios, monografias, conferências, edições críticas e organizando seminários, congressos, encontros, além da participação em projetos conjuntos com outros centros acadêmicos nacionais ou estrangeiros.

Os Setores da FCRB envolvidos neste trabalho são os que possuem acervo (arquivístico, bibliográfico e museológico) e serão mencionados para que se possa compreender a estrutura desses setores e a dimensão de cada acervo.

O Arquivo-Museu de Literatura Brasileira (AMLB), vinculado ao Centro de Pesquisas e criado em 1972, reúne hoje arquivos privados de escritores brasileiros. Em permanente crescimento, constitui importante fonte de consulta para pesquisas e estudos literários. Para a divulgação do acervo são editados inventários e organizadas exposições dos documentos. Possui cerca de setenta arquivos que são organizados segundo nove séries básicas: correspondência pessoal; correspondência de terceiros; correspondência familiar; produção intelectual do titular; produção intelectual de terceiros; documentos pessoais; diversos; documentos complementares; recortes.

O Centro de Memória e Documentação compreende os demais setores: Arquivos, Bibliotecas e Museu.

O Arquivo Institucional tem como finalidade prioritária conservar e processar o patrimônio arquivístico da Instituição. Seu acervo, em suas três fases (corrente, intermediária e permanente), é composto de cerca de 200 metros lineares de documentos textuais referentes às atividades da FCRB. O Arquivo também gerencia a guarda, conservação, acesso e difusão dos documentos especiais como fotografias, plantas, cartazes, fitas de videocassete, filmes, fitas em rolo, negativos, diapositivos e fotolitos.

O Arquivo Histórico compreende cerca de 60 mil documentos do Arquivo Rui Barbosa e coleções pessoais, tais como: Américo Jacobina Lacombe, Arquivo Família Barbosa de Oliveira, Antônio Gontijo, Eduardo Prado e Arquivo Pandiá Calógeras. Essas coleções constituem importantes fontes para o estudo de acontecimentos políticos e sociais dos últimos anos do Império e das primeiras décadas da República.

A Biblioteca da FCRB abriga cerca de 108.000 livros e folhetos, e 3.832 títulos de periódicos, predominantemente das áreas de Filologia, Direito, História do Brasil, Literatura Brasileira e de Cordel. Conta com diversas coleções valiosas, como a de Rui Barbosa, constituída de publicações nacionais e estrangeiras adquiridas pelo jurista até 1923, com várias obras raras e a Coleção Plínio Doyle, importante fonte de consulta para os estudiosos da Literatura Brasileira dos séculos XIX e XX, em que se destacam títulos de revistas de extrema raridade e diversas edições dos maiores autores nacionais. Há também, uma biblioteca especializada, a Biblioteca Infanto-Juvenil Maria Mazzetti (BIMM), que realiza diversas atividades de recreação, visando despertar o hábito de leitura. Paralelamente, a BIMM atende à comunidade estudantil em suas pesquisas escolares.

O Museu Casa de Rui Barbosa, instalado no solar em que viveu Rui Barbosa, representa um importante documento arquitetônico carioca do século XIX. Desenvolve diversos projetos de integração com a comunidade e com escolas, através de visitas programadas de grupos escolares, encontros e oficinas com professores e estudantes, além de exposições especiais de seu acervo, num total de 1587 objetos museológicos.

Em 1998, a FCRB começou a implementar uma política de informatização que abrangesse todos os seus acervos. Já se adotava um mesmo *software*, mas cada Setor operava em bases independentes que visavam atender as suas especificidades. A necessidade de disponibilizar as bases de dados via Intranet e Internet, bem como a consciência sobre a importância da escolha de um formato internacionalmente adotado, que propiciasse a importação e a exportação dos dados, foram fundamentais para que se pensasse na compatibilização dos campos referentes aos diferentes acervos.

1. Definição das bases

Tendo em vista a criação de uma base de dados comum a todos os acervos da FCRB optou-se primeiramente em definir a estrutura das bases específicas de cada setor para facilitar a compatibilização e o tratamento da informação.

Descreve-se a seguir as base de dados com informações sobre cada uma delas:

A base GUIA fornece informações genéricas sobre os fundos e/ou coleções que constituem os acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos, isto é todos os setores da FCRB envolvidos. Tem como objetivos principais gerar um instrumento de pesquisa referencial sobre os diversos fundos e/ou coleções da FCRB e oferecer aos usuários informações sistematizadas acerca dos temas, forma de acesso, possibilidades de reprodução e tratamento técnico dado aos acervos.

A base AMLTEX descreve as unidades de descrição textuais que refletem os arquivos privados pessoais de escritores brasileiros e/ou outras coleções que encontram-se no setor AMLB.

- a) A base ARQPES descreve os documentos textuais e especiais (fotografia, fita K7, filme, disco, disquete, CDROM, planta de arquitetura, mapa, etc.) que refletem os arquivos privados pessoais que encontram-se no Arquivo, como Rui Barbosa, Américo Lourenço Jacobina Lacombe, etc.

- b) A base ARQFCRB descreve as informações organizacionais sobre os documentos textuais e especiais que se encontram no Arquivo Institucional.
- c) A base BIB descreve os documentos bibliográficos (livro, artigo de periódico, capítulo de livro, catálogo de cursos, catálogo de exposição, relatório de atividades) das diversas coleções da Biblioteca.
- d) A base BIMM descreve os documentos bibliográficos (livro, artigo de periódico, capítulo de livro) somente na área de literatura infanto-juvenil que encontram-se na Biblioteca Infanto-Juvenil Maria Mazzetti.
- e) A base MUSEU descreve os objetos museológicos (viatura, medalhística, numismática, filatelia, indumentária, mobiliário, artes decorativas, artes plásticas, armaria) do acervo do Museu que reflete o universo em que Rui Barbosa viveu. Abrange também as homenagens recebidas.

Numa segunda etapa, foi desenvolvido um profundo trabalho de compatibilização dos diversos campos, mediante a análise das necessidades de cada Setor envolvido. Isto é, análise das necessidades específicas para o tratamento e a recuperação da informação em cada tipo de acervo.

Para que um sistema de recuperação da informação seja eficiente é necessário que haja um tratamento das informações antes delas serem disponibilizadas, porque assim será mais fácil elaborar a estratégia de busca e interagir com o próprio sistema, atendendo à demanda dos usuários. Essa foi a maior preocupação e ainda continua sendo — a entrada de dados.

Portanto, a entrada de dados passou por um processo de padronização para que fosse possível a informatização dos dados já constantes nos catálogos tradicionais, bem como o tratamento e a representação do conteúdo dos documentos recém-incorporados aos acervos.

Nos sistemas informatizados, os padrões são importantes para que haja uma maior eficiência. A escolha do formato MARC (Machine Readable Cataloging) como modelo para a montagem da entrada de dados deve-se ao fato de que os dados armazenados não serão perdidos na conversão retrospectiva e na migração para outro *software*.

O formato MARC, desenvolvido e mantido pela US Library of Congress, é um formato bibliográfico usado para processamento computadorizado e permite o controle de várias formas de materiais, como documentos bibliográficos, textuais, especiais (fotos, filmes, fitas de vídeos, mapas, etc.) e objetos museológicos. O registro MARC é formado de três elementos: o líder, o diretório e os campos variáveis. Como foi aproveitado apenas o formato como modelo, só trabalhou-se com os campos que são estruturados de forma a identificar os elementos dos registros tais como título, assunto, etc. Estes campos comportam os dados dos registros e são identificados por uma etiqueta de três caracteres numéricos.

Dentro dos campos são usados dois itens: o indicador e os subcampos. Também, nesse caso, somente os subcampos foram aproveitados na estrutura das bases. Os subcampos são definidos separadamente para cada campo, embora possam ter significados paralelos (1 - 2).

O conteúdo de cada campo e subcampo é definido por convenções e códigos dependendo do tipo de documento. Para a documentação bibliográfica é utilizado o *Manual de redação de fichas catalográficas* (ISBDm) e o *Código de catalogação anglo-americano, segunda edição* (AACR2). Para a documentação arquivística são utilizadas as *Normas gerais internacionais de descrição em arquivo* do Conselho Internacional de Arquivos (ISAD) e *Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias* do ISAAR e também as normas já consolidadas pelos Arquivos da FCRB. Para os objetos museológicos é usada uma codificação própria criada pelo Setor de Museologia da FCRB. Nos campos onde não existe ainda o termo

consagrado, como nas áreas de Arquivo e Museu, aproveitou-se o próprio termo utilizado pelo formato MARC.

Iniciou-se o processo de identificar as correlações existentes entre os diversos tipos de documentos e assim adaptar as informações nos campos do MARC. A estrutura da base foi sendo montada para depois inserir os dados, mas sempre trabalhando separadamente com as bases específicas.

Na tabela abaixo alguns exemplos de como os campos foram constituídos.

CAMPOS	AMLAUVI AMLTEX	ARQFCRB ARQPES	BIB	BIMM	MUSEU	GUIA
020			ISBN	ISBN		
092	Identificação lógica e física	Identificação lógica e física	Número de chamada	Número de chamada	Localização	
100	Autoria Pessoa física	Autoria Pessoa física	Autoria Nome pessoal	Autoria Nome pessoal	Autoria Nome pessoal	
260	Imprensa	Imprensa	Imprensa	Imprensa	Dados de manufatura	
300	Descrição física	Descrição física	Descrição física	Descrição física	Descrição física	Descrição física

Campo 020 – Constituído pelo número de controle internacional atribuído pela agência designada, informação que só existe em livro, e por isso só é usado nas bases de documento bibliográfico.

Campo 092 – Representa a forma de localização do documento, objeto ou unidade de descrição e é usado em todas as bases sendo que cada uma mantém a sua própria característica de ordenação do documento.

Campo 100 – Contém o nome do autor da obra e/ou o titular da unidade de descrição, bem como o produtor das obras de arte / objetos artísticos, e peças assinadas ou atribuídas. Portanto todos os tipos de documentos usam este campo quando necessário, mudando-se apenas o seu nome, sendo o conteúdo e a forma de preenchimento o mesmo para todas as bases.

Campo 260 – Indica as informações relacionadas com o local, impressão, distribuição, tiragem ou produção e a data. Em cada base a informação é tratada na sua especificidade. Por exemplo, na base de documentação bibliográfica o conteúdo é o local, editor e data do livro. No documento textual do Arquivo, corresponde à localização da unidade de descrição e a data-limite (indica o dia, mês e ano e/ou o menor e maior ano correspondente à unidade de descrição). Neste caso, não tem editor porque não é documento impresso. No documento especial, os dados serão local, atelier, estúdio, editor (conforme o documento) e a data. No caso do objeto museológico serão os dados de manufatura, isto é, local de fabricação, o nome do fabricante e a data da fabricação.

Campo 300 – Identifica o documento segundo seus aspectos físicos. No caso da base guia, abrange a quantidade total da coleção por metros lineares e/ou unidades de acordo com o tipo de material. No caso de documento bibliográfico, indica o número de páginas ou volumes, o tipo de ilustração, dimensão e material de acompanhamento. No material textual e visual, indica o número de documentos, a técnica gráfica, dimensões, material de acompanhamento e número de folhas da unidade de descrição. No objeto museológico, indica o total de objetos idênticos e dimensões.

Dessa forma, a constituição das bases foi feita com todas as informações dos diversos tipos de documentos sempre procurando aproximar as características nos campos e subcampos estabelecidos.

2. Elaboração do Manual de Metadados

Para se manter a padronização das entradas de dados, elaborou-se o “Manual de Metadados dos Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa”. Como exposto anteriormente, para que haja precisão na pesquisa é necessário uma boa entrada dos dados e isto se obtém através do padrão de registro.

O objetivo do Manual de Metadados é justamente facilitar a manutenção dos dados e assim otimizar os resultados de busca. O Manual de Metadados contém informações que discriminam cada campo: nome do campo, descrição, subcampos, tipo de dados, formato, etc., assim como qualquer informação que seja pertinente à sua recuperação.

3. Normatização de nomes

A etapa de normatização de nomes pessoais e institucionais definiu os procedimentos a serem adotados na construção desta base de dados. As regras adotadas são as do AACR2 sendo que a grafia dos nomes é atualizada seguindo as disposições da Lei nº5765, de 18 de dezembro de 1971. Utiliza-se o *Vocabulário onomástico da língua portuguesa* da Academia Brasileira de Letras para a elaboração e atualização desta base.

4. Elaboração do vocabulário sistematizado

Outra etapa da padronização foi a elaboração de um vocabulário que é um instrumento de controle terminológico. Este instrumento permite traduzir a linguagem natural dos documentos, dos usuários e dos indexadores em uma linguagem sistemática de recuperação da informação.

Atualmente, o uso de instrumentos de Controle Terminológico para o apoio à indexação e recuperação da informação torna-se imperativo diante de sistemas informatizados, acesso on-line a base de dados na Internet, organização de bibliotecas virtuais e outros instrumentos para a organização e disseminação da informação, que exigem melhor controle da terminologia para uma eficiente recuperação e filtragem de informações.

Diversas teorias de classificação e estudos sobre o assunto foram analisados (3 - 12). O núcleo teórico auxiliou na elaboração de uma proposta metodológica para a construção de um novo instrumento que atendesse as necessidades tecnológicas atuais. Este novo instrumento pode ser definido como um vocabulário sistematizado e não apenas controlado de conceitos, pois é regido por princípios terminológicos com uma estrutura sistematizada de conceitos, permitindo uma interface mais amigável, para o pesquisador final, do que a do tesouro.

A aplicação da nova metodologia para a criação do vocabulário da FCRB consistiu, em sua primeira fase, na transformação dos cabeçalhos existentes nos catálogos dos arquivos, bibliotecas e museu, em descritores conceituais. Foi necessário relacionar todos estes cabeçalhos oriundos de diversos catálogos em uma única listagem por ordem alfabética, identificando a origem de cada um deles. Em seguida, procedeu-se à identificação dos conceitos que faziam parte destes cabeçalhos.

Mediante a análise dos conceitos, foi organizada a estrutura do vocabulário, com o estabelecimento das sinonímias através do relacionamento das remissivas USE e UP (USADO PARA) e das relações lógicas e ontológicas através do relacionamento VT (VER TAMBÉM). Elaborou-se também as notas de aplicação, ou seja, notas explicativas que objetivam estabelecer uma interface entre o instrumento, o usuário e o indexador.

5. Outras etapas

Além da aplicação do vocabulário ao tratamento dos novos documentos que passam a fazer parte do acervo, a próxima etapa será a substituição dos cabeçalhos de assuntos, anteriormente utilizados, pelos novos descritores. Por exemplo, a base de dados bibliográficos da FCRB ainda possui uma grande parte de seus registros em fichas catalográficas. À medida que estes registros forem inseridos na base, os cabeçalhos antigos serão imediatamente modificados.

Todos estes procedimentos visam a disponibilização da base de dados da FCRB via Intranet/Internet, incluindo imagens digitalizadas em links com materiais referenciados.

Considerações finais

Devido à complexidade e à diversidade dos acervos da FCRB, a política de informatização do acesso a esses acervos exigiu um trabalho conjunto dos diversos setores envolvidos, permitindo uma maior integração entre os profissionais. A criação de uma única base de dados motivou diversas reuniões e reflexões sobre a necessidade de cada Setor. Esta etapa foi muito conflituosa porque envolveu a interdisciplinaridade das três áreas — arquivística, biblioteconômica e museológica — para que se adequassem as informações. No entanto, pode-se afirmar que o processo contribuiu para um aperfeiçoamento do próprio trabalho desenvolvido.

A padronização da entrada de dados, o tratamento e a representação do conteúdo das informações são requisitos primordiais para a eficiência de um sistema de recuperação da informação a ser disponibilizado. Nesse sentido, a qualidade do sistema facilitará a estratégia de busca e a precisão nos resultados, melhor atendendo às necessidades dos usuários — a maior preocupação da FCRB.

Tornar o sistema de recuperação da informação referente aos acervos da FCRB disponível, em caráter local e remoto, amplia excepcionalmente as possibilidades de sua divulgação e utilização. Justifica-se assim, que toda a metodologia empregada venha demandando tempo e dedicação. A padronização das descrições é fundamental para a perfeita interação com o usuário.

Referências bibliográficas

1. CRAWFORD, Walt. **MARC for library use: understanding integrated USMARC**. 2nd ed. Boston: G. K. Hall, 1989. 347 p.
2. MARC 21: formato condensado para dados bibliográficos. Trad. de Margarida M. Ferreira. Marília: UNESP, 2000. 286 p.
3. CAMPOS, M. L. A. **Em busca de princípios comuns na área de representação da informação**: uma comparação entre o método de classificação facetada, o método de tesouro-baseado-em-conceito e a teoria geral da terminologia. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 1994. 196 p. (Dissertação apresentada à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação).
4. _____. **Linguagem documentária**: teorias que fundamentam sua elaboração. Niterói: EDUFF, 2001. 133 p.
5. DAHLBERG, I. A referent-oriented analytical concept theory of interconcept. **International Classification**, v. 5, n. 3, p. 142-150, 1978.
6. _____. **Ontical structures and universal classification**. Bangalore: Sarada Ranganathan Endowment, 1978. 64 p.
7. GUARINO, Nicola. Formal ontology and information systems. In: FOIS '98, 1., 1998, Trento, Italy. **Proceedings...** Amsterdam: IOS Press; Tokyo: Omsa, 1998. p. 3-15.
8. RANGANATHAN, S. R. **Colon Classification**. Bombay: Asia Publishing House, 1963. 126 p.
9. _____. **Prolegomena to library classification**. Bombay: Asia Publishing House, 1967. 640 p.
10. VICKERY, B.C. **Classificação e indexação nas ciências**. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1980. 274 p.
11. WEINSTEIN, Peter C. **Ontology-based metadata**: transforming the MARC legacy. Pittsburg: Digital Libraries, 1998. p. 254-263.
12. WUESTER, E. L'étude scientifique générale de la terminologie, zone frontalière entre la Linguistique, la Logique, l'Ontologie, l'Informatique et les Sciences des Choses. In: RONDEAU, G.; FELBER, F. (Org.). **Textes choisis de terminologie**: fondements théoriques de la terminologie. Québec: GIRSTERM, 1981. p. 57-114.

